

Amazônia – será o mercado a solução?

*Philippe Léna (IRD)**

Resumo

O presente artigo visa a questionar a pertinência dos mecanismos de mercado quando se trata de conservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida das populações locais. Questiona também a busca, pelas políticas públicas e os projetos de ONGs, da integração dessas populações através do mercado, o que leva muitas vezes à competição, à superexploração do meio ambiente e ao êxodo rural. Novas orientações são necessárias, que não podem ser dissociadas da evolução do contexto social e ambiental global em rápida transformação. A percepção cada vez mais clara dos limites ecológicos impostos às atividades humanas, a necessidade de reduzir a pegada ecológica humana, mudam radicalmente a maneira de pensar o “desenvolvimento”. Por outro lado, o aumento da demanda mundial por *commodities* agrícolas e matérias-primas em geral exercerá uma pressão crescente sobre os recursos e as áreas protegidas. As instituições e as práticas políticas atuais muito provavelmente não terão condições de se opor a estas dinâmicas, o que a revisão do Código Florestal e o aumento dos conflitos no campo já parecem comprovar. É dentro desse contexto interno e externo que surgem as propostas da “economia verde”, expressão tão polissêmica quanto a de “desenvolvimento sustentável”. Deixando de lado as interpretações em termos de incentivo à monocultura (soja, milho, pasto, eucaliptos, cana, palma africana) e aos agrocombustíveis para adotar a versão mais comum (transição para a sociedade pós-carbono e aumento da ecoeficiência, isto é, fazer mais com menos), ainda sobram muitas dúvidas a respeito da sua capacidade de diminuir a pegada ecológica e promover a justiça social e ambiental. Para o Estado, existem duas maneiras principais de incentivar a “economia verde”: utilizar os impostos (o ICMS ecológico é um pequeno exemplo) e diversas taxas (pigouvianas), multas e controles; ou então facilitar a construção de mecanismos de mercado. Essa segunda tendência parece hoje mais forte no mundo que a primeira. Porém, existem sérias dúvidas a respeito da extensão da lógica monetária à lógica dos ecossistemas. Atribuir um valor à biodiversidade e aos ecossistemas para protegê-los oferece novas oportunidades de especulação e de transações financeiras, mas pouca chance de proteção real. Se o mercado de créditos de carbono encontrou sua equivalência geral na tonelada de carbono, o que poderia desempenhar esse papel no que diz respeito à biodiversidade, sabendo que a diversidade e a riqueza biológica variam muito de um lugar para outro? Parece que outros

* Institut de Recherche pour le Développement – França.

caminhos deveriam ser inventados, mais adaptados à nova realidade do planeta: necessidade de compartilhar recursos cada vez mais raros e acabar com a destruição de ecossistemas. O que supõe inventar novas instituições nacionais e internacionais capazes de promover ao mesmo tempo a justiça social e ambiental.

Palavras-chave: Pressão sobre recursos, justiça social, mecanismos de mercado, economia verde.

Amazon – can the market be the solution?

Abstract

This article questions the pertinence of using market mechanisms for the purpose of preserving the environment and improving the quality of life of local populations. It also questions attempts made by public policy and NGO projects to integrate these populations by means of the market, which often leads to competition, overuse of the environment, and rural flight. New guidelines are required which cannot be separated from the evolution of the global social and environmental context, which is undergoing rapid transformation. The increasingly clear perception of the ecologic boundaries imposed on human activities and the need to reduce the human ecological footprint radically change the concept of “development”. However, the growing global demand for agricultural commodities and raw materials will put increasing pressure on protected resources and areas. Current institutions and policies will probably not be able to oppose such dynamics, as the review of the Brazilian Forest Code and the higher number of rural conflicts in Brazil seem to signal. “Green economy” proposals, a phrase as ambiguous as “sustained development”, arise from this internal and external context. Leaving aside the interpretations around encouraging monoculture (soy, corn, pasture, eucalyptus, sugar cane, oil palm) and biofuels, and adopting the most common version—transitioning into a post-carbon society and increasing eco-efficiency, i.e., doing more with less—there are still many doubts about the ability of these proposals to reduce the ecological footprint and promote social and environmental justice. According to the State, there are two key ways to encourage a “green economy”: using taxes (an example in Brazil is the “ecologic ICMS”, a state tax on goods and services) and a number of fees (Pigovian), fines and controls, or facilitating the development of market mechanisms. The latter trend seems to be stronger than the former today. Nevertheless, there are serious concerns about extending a monetary logic over the logic of ecosystems. Putting a price on biodiversity and ecosystems in order to protect them creates new opportunities for speculation and financial transactions while offering little actual protection. If the carbon credit market set the ton of carbon as a general equivalence, what unit could play this role regarding

biodiversity, considering that biological diversity and richness vary significantly from one place to the next? It seems that new solutions need to be created which are more suited to the new reality of the planet: the need to share increasingly rare resources and to put an end to the destruction of ecosystems. This means creating new national and international institutions capable of promoting social justice and environmental justice simultaneously.

Keywords: *Pressure over resources, social justice, market mechanisms, green economy.*

A pergunta pode parecer iconoclasta, mas vale a pena ser feita num momento em que recorrer ao mercado parece ser a panaceia e que, sob a roupagem da “economia verde”, pode vir a representar uma dessas evidências ideológicas inquestionáveis nos debates que ocorrerão durante a Rio + 20. Num primeiro tempo, tentaremos mostrar que a Amazônia sofre hoje uma investida mercantil sem precedente, com consequências sociais e ambientais graves, apesar dos progressos registrados em certas áreas. Segundo, analisaremos o contexto global de crescimento da demanda mundial e dos custos crescentes dos recursos, devido tanto a sua escassez quanto à especulação, e sua repercussão provável sobre a Amazônia. Terceiro, veremos que os mecanismos de mercado e a “economia verde” não parecem estar à altura do desafio, podendo até agravar a situação. Enfim, tentaremos explorar algumas pistas sugeridas tanto por estudiosos quanto por movimentos sociais.

Expansão da fronteira interna, uma continuidade?

Apesar da diminuição das taxas de desmatamento nos últimos anos, que pode ser por parte atribuída às políticas públicas de comando e controle desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente (PPCDAM), com a colaboração da Polícia Federal, deve-se constatar que a situação ambiental e social da região está piorando sob vários aspectos. Os números da violência estão aumentando, adquirindo novas feições, disseminando-se no interior dos estados (WAISELFISZ, 2012). A região Norte lidera as estatísticas, em particular o Pará, onde a taxa de homicídios aumentou 252,9% em 10 anos. Entre os 30 municípios brasileiros com maior taxa de homicídios, 11 estão localizados no Pará. A região Norte lidera também em termos de conflitos por terra e assassinatos no campo (CPT, 2011). Só no Pará

foram 12 homicídios entre janeiro e novembro de 2011 (op. cit., dados parciais). Não se trata somente de conflitos por terra, trata-se também de conflitos por recursos, em particular madeireiros. São vários os fatos que evidenciam uma continuação da dinâmica de fronteira de modo geral: invasão de unidades de conservação; desrespeito à Lei (desmatamento de áreas protegidas, trabalho escravo); corrupção nos órgãos públicos; apropriação ilegal de terras; novas formas – mais discretas e progressivas – de desmatamento etc. Essa expansão é fundamentada num regime específico de acumulação e de dominação que inclui violência, intimidação, expulsões, cooptação, manutenção da dependência social, sobreposição do campo econômico e político, entre outras características (ARAÚJO & LÉNA, 2010). As políticas de cunho desenvolvimentista (criação de infraestruturas que facilitam o acesso do capital privado aos recursos e seu transporte, construção de barragens hidrelétricas, apoio ao agronegócio) parecem ter reforçado essa dinâmica ultimamente. A aceleração do crescimento através da exploração rápida dos recursos naturais é quase consensual nos meios políticos (conservadores e progressistas) na medida em que o crescimento permite não só a geração de lucros privados, mas também o aumento das receitas fiscais, facilitando o financiamento de políticas sociais. Consequência dessas políticas, foram constatados indícios preocupantes de reprimarização da economia brasileira (IPEA, 2011). Esse clima neodesenvolvimentista a qualquer custo abriu a porta para a revisão do Código Florestal (VIEIRA & BECKER, 2010) e para a retomada da dinâmica de expansão da fronteira, acirrando os conflitos no campo. Isso quer dizer que nada mudou? Não exatamente. Houve certos avanços: criação de áreas protegidas, em particular de uso sustentável, novas Terras Indígenas, diminuição dos desmatamentos, maior organização da sociedade civil, implementação de políticas sociais, diminuição da pobreza, aumento da escolaridade etc.¹ Porém, muitos desses avanços parecem frágeis: as áreas protegidas, os territórios coletivos, são frequentemente invadidos ou são amputados por decisões dos poderes públicos, a própria Lei podendo ser modificada para atender a interesses privados (Código Florestal), expondo imensas áreas a uma nova onda de desmatamentos. Na realidade, nada parece poder frear a expansão da exploração mercantil. Não por acaso. Os custos de produção de *commodities* agrícolas são os mais baixos do mundo (preço da terra, mão de obra, fertilidade natural) e os retornos rápidos. A Amazônia é uma das poucas regiões capaz de reunir essas condições hoje no mundo.

O empoderamento das áreas de povoamento tradicional poderia constituir

uma barragem contra esse avanço? De acordo com os indicadores habituais de “desenvolvimento”, constatamos que existe muita pobreza nas áreas isoladas, justamente onde o meio ambiente está razoavelmente preservado. É o argumento do desenvolvimentismo: os indicadores sociais são melhores onde o meio ambiente original foi substituído por monoculturas (por exemplo). Esses cálculos, no entanto, não levam em conta o número de pessoas que migraram para as periferias urbanas, onde vivem em geral em péssimas condições, nem o valor dos ecossistemas destruídos, nem as utilidades sociais oferecidas por estes e que são essenciais para as populações pobres. Há muito tempo que pesquisadores e ONGs procuram a solução milagrosa para conciliar qualidade de vida e conservação do meio (comércio justo, ecoturismo, sistemas agroflorestais, valorização das práticas locais, certificação etc.), explorando de forma sustentável os recursos locais. Não houve até hoje nenhuma revolução significativa nesse campo. Parece continuar havendo uma ligação estreita entre a destruição do meio e o crescimento econômico, mesmo no âmbito da agricultura familiar (embora em grau bem menor). Essa constatação, junto com a urgência de controlar as emissões de gases de efeito estufa, está na origem de projetos tais como REDD + e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Condizentes com a “economia verde”, e apesar de ter incorporado certas críticas que lhes foram dirigidas, esses projetos não conseguiram ainda uma boa aceitação entre as populações indígenas e tradicionais que receiam perder sua autonomia e sofrer um novo tipo de exploração. Em todas essas tentativas, é o mercado que serve de modelo. Talvez seja esse ângulo de ataque que seja problemático. Vale a pena questionar essa abordagem, justo no momento em que se fala cada vez mais em quantificar a biodiversidade, seguindo o modelo do carbono.

A Amazônia é uma região de importância mundial sob muitos aspectos, muitas vezes contraditórios (equilíbrios biogeoquímicos, recursos naturais, espaço produtivo...), e por isso é afetada pelas tensões, as crises e os cenários econômicos globais. Quais serão as pressões e os desafios decorrentes da expansão do comércio e da demanda mundial sobre uma economia que prioriza a exploração dos ativos naturais? Quais poderiam ser os efeitos das medidas de proteção do bioma decorrentes da reconfiguração econômica global do momento, isto é, a “economia verde” e os mecanismos de mercado que ela tem por objetivo incentivar ou implementar?

O contexto global

A acumulação de relatórios produzidos por agências da ONU não deixa nenhuma dúvida: a situação da biosfera está muito pior do que na época da Rio 92. Depois de uma curta retração devida à crise de 2008, o metabolismo social humano (fluxos de energia e matéria, produção de lixo) retomou seu crescimento, embora de forma muito mais lenta na Europa, EUA e Japão, com efeitos secundários na maioria das economias do planeta. A economia mundial é como uma máquina que transforma cada vez mais recursos, espaços, bens comuns e relações sociais em mercadorias, produzindo volumes de lixo crescentes (incluindo gases de efeito estufa). Indicadores como a Apropriação Humana da Produção Primária Líquida (HANPP) mostram que o desvio para uso humano da produção primária deixa cada vez menos espaço para a sobrevivência de ecossistemas funcionais... dos quais dependemos totalmente. De acordo com o relatório “Living Planet” (WWF, 2012), a Pegada Ecológica da humanidade alcançou 1,50 planeta em 2008.² A enorme quantidade de estudos científicos dedicados à crise socioambiental pode ser resumida numa fórmula simples: o crescimento infinito do consumo material é impossível num planeta finito. Mais ainda, mesmo a manutenção da situação atual, sem falar de crescimento, é insustentável. A equação de Erlich e Holdren ($I = PAT$), publicada na revista *Science* em 1971, é incontornável³ até hoje. Desde os anos 1960, o volume da economia mundial foi multiplicado por 5, com aceleração a partir dos anos 1980. Se continuar a crescer no ritmo da década passada, será multiplicado por 80 até o fim do século, o que é obviamente impossível. Se todos os países pudessem alcançar em 2050 o nível de consumo *per capita* dos europeus em 2007, seria necessário multiplicar a economia por 15. O PNUMA alerta (2011): se os países ricos continuarem a consumir em 2050 tantos recursos quanto em 2010 (16 T/Hab/ano) e se os outros países fizerem o mesmo, haverá um colapso tanto no abastecimento quanto na reprodução da capacidade do planeta de sustentar a vida tal como a conhecemos. Isso coloca em primeiro plano a questão da justiça e da redistribuição em escala mundial. Tanto entre países quanto dentro de um mesmo país.⁴ Isso supõe um modelo econômico radicalmente diferente do atual e instituições nacionais e internacionais que ainda não foram sequer cogitadas.

Esse cenário é confortado por muitos trabalhos e relatórios, tais como o *update* (30 anos depois) do relatório do Clube de Roma (MEADOWS et al., 2004) bem como sua confirmação por um estudo independente em 2008 (TURNER,

2008), o relatório do World Watch Institute (2012), o da Royal Society (2012) ou ainda o da New Economic Foundation (2010). Todos advogando uma radical mudança de rumo da economia e da política mundial. No que diz respeito aos recursos minerais, o estudo de Bihouix & Guillebon (2010) mostra que, como para o petróleo, existe um *peak* mineral devido à escassez de jazidas facilmente acessíveis (e conseqüentemente uma perspectiva de aumento drástico dos preços). A partir de certo patamar, os custos de extração (ou/e a poluição e os danos ambientais) se tornam antieconômicos. Para a maior parte dos minérios (exceto, obviamente, o ferro ou o alumínio), estamos nos aproximando do *mineral peak*, isto é, do máximo de extração economicamente viável. O *peak oil*, de acordo com a Agência Internacional da Energia, foi alcançado em 2005 para o petróleo convencional, o petróleo profundo e o *oil shale* vão adiar o *peak* dos não convencionais provavelmente até 2020. Vale lembrar que toda a civilização atual é dependente do petróleo (agricultura, transportes, máquinas, crescimento demográfico...) e que não é uma energia facilmente substituível.⁵ O confronto da humanidade com a escassez e altos preços parece inelutável. Os defensores do modelo atual de “desenvolvimento” (o que inclui a maioria dos economistas, principalmente os da escola neoclássica) apostam no desacoplamento absoluto entre o crescimento do PIB e o consumo material e energético, graças à inovação tecnológica.⁶ Um desacoplamento relativo é não só possível como indispensável e já está ocorrendo, mas a escola da Economia Ecológica (DALY, 1992, 2007) já mostrou que não pode haver crescimento econômico contínuo sem aumento do consumo material, e que a substituição do capital natural pelo capital construído tem seus limites. No entanto, de acordo com as tendências atuais, o consumo de energia deveria aumentar 50% daqui a 2035. Pela primeira vez na sua história, a humanidade está enfrentando os limites do planeta. Essa evidência começou a sair do universo científico ou da ecologia política e é cada vez mais levada em conta por movimentos sociais e certas correntes políticas. Qualquer busca de soluções que não incorpore essa premissa está fora da realidade.

O consumo de espaço, isto é, a conversão de ecossistemas naturais em áreas urbanas e em áreas de produção agrícola está também crescendo em ritmo acelerado. A FAO estima que deveremos aumentar em 70%, no mínimo, a produção agrícola daqui a 2050 para alimentar 9 a 11 bilhões de habitantes e melhorar a dieta de muitos. Isso representaria cultivar uma área igual a do Brasil, com as conseqüências que podemos imaginar sobre os ecossistemas e

a biodiversidade. Atualmente, as conversões de espaços naturais para a agricultura se dão essencialmente nos países do Sul, onde a relação “crescimento demográfico X crescimento do consumo” é a mais forte.⁷ A FAO constata também que o essencial dos ganhos de produção agrícola dos últimos anos se deu à custa dos ecossistemas naturais.⁸ Nos antigos países industriais, as perdas dizem respeito tanto à vegetação natural quanto aos espaços agrícolas e a conversão se faz a favor da expansão das áreas urbanas e das infraestruturas. Na França, como em outros países, o ritmo de esterilização do território está crescendo: 500 km²/ano durante os anos 1980; 600 km²/ano durante os anos 1990; 700 km²/ano durante os anos 2000.⁹ Isto é: ganho de áreas cultivadas de um lado (no Sul), perda do outro.¹⁰ Mas a urbanização não é o único fator que provoca perdas de terras agricultáveis, a FAO indica que a salinização e a desertificação são responsáveis pela maior parte dos 100.000 a 150.000 km²/ano de perdas (em geral devidas a um uso inadequado do solo e da água e, agora de forma crescente, ao aquecimento global).

A escassez relativa de terras tem três consequências:

- Maior pressão sobre os ecossistemas (ou agrossistemas pouco intensivos) ainda conservados.
- Volatilidade dos preços dos alimentos que se tornam objetos de especulação. Fundos de investimentos apostam no aumento inelutável dos preços¹¹ a meio ou longo prazo devido ao crescimento constante da demanda e aos limites (físicos e ecológicos) à expansão das terras agrícolas.
- Procura, por certos países, fundos ou firmas, de terras para cultivar (*land grabbing*). O fenômeno cresceu durante os últimos 10 anos. Países como a China, Arábia Saudita, Coreia do Sul e outros, preocupados com o futuro do seu abastecimento num contexto de aumento dos preços e de territórios saturados, compram ou alugam terras em outros países, principalmente na África, Madagascar, Filipinas etc. São 45.000 km² que teriam sido comprados em 11 países africanos.¹² A Europa estaria tentando comprar ou alugar 45.000 km², também na África, para produzir agrocombustíveis.¹³ Essas iniciativas provocam às vezes fortes reações das populações locais (assim, a Dae Woo teve que renunciar a seus projetos em Madagascar) mas são bem acolhidas pelos governos e até por segmentos das populações locais que esperam a criação de empregos. No Brasil, a compra de terras por estrangeiros existe mas é controlada, trata-se mais frequentemente de participação no capital de empresas nacionais.¹⁴ Do ponto de vista ecológico, o resultado não é muito

diferente quando são agentes econômicos nacionais que exportam *commodities* agrícolas; no final, é a biocapacidade do território (sol, água, terra, fertilidade) que é vendida e os ecossistemas/serviços ambientais que são destruídos. O último relatório do UNEP (2012) mostra quanto a agricultura produtivista destrói os solos e contribui para o aquecimento global ao liberar o carbono da vegetação e do solo.¹⁵

A bacia amazônica está profundamente inserida nessas dinâmicas. O *boom* da mineração e do petróleo, chamado por Gudynas (2010) de “novo extrativismo progressista”, a produção de eletricidade, a monocultura de exportação de carne e soja¹⁶ (Brasil) e a plantação de palma africana (*Elaeis guineensis*)¹⁷ constituem boas ilustrações. Mesmo quando as plantações são efetuadas em áreas já desmatadas, exercem uma pressão sobre a floresta porque as atividades anteriores (em geral a pecuária extensiva) não são abolidas mas sim deslocadas. A expansão das atividades à custa da floresta é também motivada pela existência de uma vantagem na ocupação de novas áreas (fertilidade, venda da madeira, valorização fundiária).¹⁸ Todas as condições estão reunidas para que o papel de fronteira de recursos (minerais, energéticos, agrícolas) desempenhado pela Amazônia seja cada vez mais confortado.¹⁹ Seus ecossistemas sofrerão fortes pressões, às quais devemos acrescentar a fragilização devida ao aquecimento global e o início de savanização da parte sul e leste. Será que os mecanismos de mercado serão capazes de impedir a destruição que eles mesmos estão causando?

Crise do modelo

A partir do momento que as organizações internacionais identificaram o aquecimento global como a ameaça principal, na Conferência do Rio em 1992, podemos constatar que todos os mecanismos propostos para controlar as emissões recorrem a mecanismos de mercado (MDL, Protocolo de Quioto, bolsas de CO₂, REDD, REDD+ e, de certa forma, até o PSA). Agora que a destruição da biodiversidade é reconhecida como uma ameaça tão (ou mais) importante quanto o aquecimento global, a grande discussão gira em torno da atribuição de uma valor monetário aos componentes dessa biodiversidade. Esta foi a tonalidade do relatório TEEB/UNEP apresentado na 10a Conferência das Partes da CDB, em Nagoya (10-30 de outubro de 2010). Do ponto de vista climático, as emissões aumentaram 40% em relação ao período pré-Quito

e, desde o ano 2000, aumentam a um ritmo de 3%/ano. Impossível falar de sucesso do mecanismo.²⁰

No seu relatório para o governo britânico, Sir Nicholas Stern (STERN, 2006)²¹ reconhecia a gravidade do aquecimento global e o fracasso do mercado em limitar seu aumento. Porém, as soluções propostas, depois de examinar diferentes opções, visam todas a uma ampliação do mercado. Isto é, a impotência diante do aquecimento global não é consequência dos mecanismos de mercado mas sim da sua insuficiência. Conclusão: precisaria aprofundar e generalizar os mecanismos de mercado. Esse relatório é muitas vezes considerado como o que o liberalismo econômico pôde produzir de melhor a respeito dessa questão. Mas existem outros pontos de vista, como o relatório de Tim Jackson (JACKSON, 2009) para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Parlamento britânico. Esse relatório introduz uma considerável mudança de perspectiva (embora se situe dentro de uma visão de “capitalismo social”). Ao contrário do relatório Stern, que visa a manter o crescimento econômico a qualquer custo e tenta avaliar quantos pontos de crescimento de PIB as medidas contra o aquecimento vão custar, o relatório Jackson reconhece que o modo de produção e consumo atual não é sustentável e que temos de nos adaptar aos limites ecológicos do planeta. Uma mudança radical na organização da nossa vida material é portanto imprescindível. Jackson reconhece a natureza do obstáculo maior para tal mudança: “a economia moderna é estruturalmente dependente do crescimento econômico para sua estabilidade” (op. cit., p. 31) e acrescenta: “Nossa visão do progresso social – baseada na expansão permanente dos nossos desejos materiais – é fundamentalmente insustentável”. Jackson advoga uma “prosperidade sem crescimento” e para isso abre mão de transformações profundas que vão muito além de simples adaptações do mercado.

Vale notar que a “economia verde” não está prevendo nenhum desligamento da máquina infernal do consumo em se, mas somente uma quantidade menor de recursos materiais (global? Por unidade de PIB?) para satisfazê-lo,²² e não diz nada a respeito da redistribuição justa do produto social. As novas atividades devendo ser encorajadas para sustentar o crescimento (“verde”, obviamente) na realidade são muitas vezes grandes consumidoras de energia e materiais: 25% das emissões da Europa são produzidas pelo turismo e as atividades de lazer; as novas tecnologias de informação e comunicação consomem metais raros e, na França, as centrais de dados consomem 7% da eletricidade. Todos os “novos motores de crescimento” procurados pela economia verde estão

apostando no desacoplamento absoluto, provavelmente estruturalmente impossível, esquecendo os impactos ecológicos e sociais das novas tecnologias (biocombustíveis, geoengenharia etc.) e o efeito bumerangue (ou efeito Jevon). Nesse sentido, podemos dizer que essas construções ideológicas têm traços claros de pensamento utópico. O conhecimento científico e a inovação tecnológica terão com certeza um papel fundamental na transição para uma nova economia e sociedade, mas deveriam estar a serviço de um projeto político alternativo baseado no bem comum. As medidas técnicas e de mercado parecem cada vez mais insuficientes e fora de foco.

O relatório TEEB (UNEP, 2010) contém aspectos interessantes, porém muito mais no plano do diagnóstico do que das soluções. Trata-se de atribuir um valor à biodiversidade para garantir sua conservação. Esse valor deveria se limitar a cálculos de compensações (dar um preço às externalidades), ajudar nas escolhas, ou seria um primeiro passo para um mercado generalizado da vida? Tendo em vista o viés atual, que faz do mercado o centro da vida das sociedades contemporâneas, será que não vamos pouco a pouco nos orientar nessa última direção?

A primeira questão a ser colocada é a seguinte: como dar um valor monetário ao que é a condição da nossa existência? A vida tem um valor intrínseco, que não depende do uso humano. Além de que, essas avaliações são sempre relativas, dependem do estado dos conhecimentos e dos valores éticos da sociedade considerada, bem como das relações de poder dentro da sociedade. Por isso evoluem; podemos apostar que o valor dos ecossistemas crescerá na proporção do seu ritmo de desaparecimento.²³ A segunda é: uma contabilidade para quê?²⁴ Um relatório para o primeiro-ministro francês (CHEVASSUS-AULOUIS, 2009) recomendava uma avaliação monetária (com muitas precauções) mas considerava que a criação de um mercado seria nefasta. A principal vantagem das avaliações monetárias, apesar de todas as restrições acima referidas, é de permitir a inclusão do custo da destruição de um sítio natural, de uma porção de ecossistema (significativamente chamado de “capital natural”) para a realização de uma infraestrutura (por exemplo). Mas como chegar a definir um valor para a natureza? A fixação do preço só pode ser arbitrária, baseada num consenso entre partes... ou deixada ao mercado! Vários métodos foram testados em diferentes partes do mundo: fixar os preços de um hectare de eco ou agrossistema em função dos custos de oportunidade, do valor produzido anteriormente (se a área era explorada), do CO₂ fixado, do valor teórico dos

serviços ambientais (durante 30 anos, por exemplo), do custo da restauração da área etc., ou uma combinação de vários fatores. As coletividades (locais, regionais, nacionais) podem recusar um projeto que destrói ecossistemas, exigir uma mitigação de seus efeitos ou uma compensação. No caso da compensação, seja qual for o modo de cálculo, ele representa um custo adicional para qualquer empreendimento e/ou para a sociedade. Sendo assim, uma lei se torna necessária para que empresários e cidadãos aceitem pagar o que aparece como um imposto. No caso da recusa, tanto o Estado como um ator privado podem colocar no balanço os empregos e a riqueza que seriam criados. Neste jogo, é raramente a biodiversidade que ganha.²⁵ A compensação é problemática sob diversos aspectos. Ela recorre a um sistema de equivalência abstrato que abre a porta para a forma mercado. Ora, tratando-se de ecossistemas, uma espacialização respeitosa da especificidade dos contextos ecológicos, sociais e geográficos se torna indispensável.²⁶ Duas áreas de tamanho semelhante podem ter um “valor” diferente por motivos extraeconômicos: presença de espécies raras, fragmentação, efeitos de escala, limites críticos, localização²⁷ etc. Não existe aqui um equivalente universal como a tonelada de carbono. Os valores de referência, baseados numa multiplicidade de indicadores, devem ser espacializados. Isso aumenta muito os custos de transação, o que torna necessário simplificar a realidade para impor uma forma de mercado.²⁸ Os mecanismos de compensação têm a preferência dos agentes econômicos na medida em que simplificam e deslocam o problema.

A questão do pagamento dos serviços ambientais enfrenta problemas semelhantes. A floresta tendo um valor intrínseco, inestimável, é preciso recorrer a simplificações e métodos indiretos para avaliar o valor dos seus serviços.²⁹ Por exemplo, é possível calcular os custos de oportunidade médios de uma microrregião na base da renda que poderia ser obtida pela conversão de um hectare de floresta em pasto. Ou então, considerando a floresta como um estoque de carbono, o desmatamento evitado corresponderia ao mesmo tempo a toneladas de carbono, a uma conservação da biodiversidade, a ecossistemas funcionais. O carbono se torna assim o carro-chefe da valorização dos serviços ambientais e permite recorrer a uma forma de mercado.³⁰ Isso por várias razões: sua (relativa³¹) facilidade de cálculo, a existência de um mercado já constituído e o interesse de empresas em compensar suas emissões. Podemos acrescentar o fato de o carbono ter se tornado um ativo financeiro, objeto de especulação. Porém se trata de um mercado problemático. Ele depende sobremaneira da

conjuntura econômica e política global. Vimos na ocasião da crise de 2008 que as empresas exerceram pressões para acabar com as metas de redução. Uma diminuição do preço da tonelada de carbono torna sua compensação menos interessante e a substituição da floresta mais atrativa. Além do mais, por falta de institucionalização e de mecanismos de controle, ocorreram problemas graves de desvio de recursos.

As políticas públicas também podem recorrer a mecanismos de compensação pelo não uso de um recurso, utilizando os custos de oportunidade, o equivalente carbono ou valores arbitrários considerados suficientes para motivar uma mudança de práticas num dado contexto. Não se trata de mercado, mas essas políticas são dificilmente generalizáveis (custos altos) e dependem de um financiamento regular. Os valores envolvidos para cada família (ver a “bolsa verde”) dificilmente podem competir com usos implicando a substituição imediata da floresta (a situação é diferente se considerar o tempo longo). Na realidade, elas correspondem a dois objetivos associados: lutar contra a pobreza e preservar o meio. Apesar de restringir a liberdade das famílias (que devem se engajar a não desmatar, entre outras coisas), essas medidas são mais bem aceitas que os projetos ligados diretamente ao mercado de carbono.

O poder público tem outras ferramentas, tais como o apoio à gestão sustentável (caso principalmente das populações tradicionais e dos territórios de uso exclusivo) ou à transformação dos sistemas de produção (caso da agricultura familiar). A gestão sustentável diz respeito a um “produto” (madeira, jacaré, pirarucu...) ou a uma atividade (pesca, caça, agricultura de corte e queima...). Exige o respeito de certas regras (não explorar madeiras abaixo de certo diâmetro, não pescar no período de defeso, conservar lagos para a reprodução dos peixes, limitar o uso do fogo etc.). Apesar dos sucessos parciais registrados, observamos que a relação entre a proibição e as oportunidades oferecidas pelo mercado (legal e ilegal) está na origem de vários efeitos perversos. Na pesca, os circuitos comerciais clandestinos (às vezes internacionais, como no caso da fronteira Amazonas-Colômbia) visando a certas espécies cuja pesca é limitada ou proibida alimentam redes de corrupção importantes.³² A exploração sustentável e comunitária da madeira se faz muitas vezes através de contratos desfavoráveis para os habitantes locais, incentivando a superexploração. De modo geral, na ausência de estruturas e instituições adequadas, geridas democraticamente, a demanda do mercado incentiva as estratégias individuais e fragiliza as tentativas de gestão coletiva.

Constatamos assim a existência, dentro da própria RESEX Chico Mendes, de pressões exercidas por moradores para aumentar a área desmatada autorizada (no intuito de expandir a criação de gado). Outros se opõem a tal medida. Mas a influência do modelo da agricultura familiar, onde 80% dos produtores adotaram a criação de gado, é forte. É a criação de pastos que leva as propriedades familiares a ultrapassar o limite de desmatamento autorizado. A questão, há muito tempo, é de encontrar uma alternativa à criação de gado. Até hoje sem sucesso. Como vimos, o problema pode ficar mais grave ainda com o aumento contínuo do preço da terra e dos alimentos no futuro próximo. Nos territórios coletivos, o manejo florestal comunitário, o ecoturismo e o artesanato (e quando for o caso, o manejo da pesca) foram os principais focos de intervenção das ONGs e dos poderes públicos. Na agricultura familiar, as SAFs, o artesanato, a valorização local da produção (mel, geleias...) ou são adotados por famílias que fazem parte dos 20% que não criam gado, ou representam uma atividade paralela, que não substitui a criação de gado.³³ Várias associações apostaram nos mercados afastados (São Paulo) ou na exportação, através do comércio justo,³⁴ de produtos selecionados. Além de ser muito aleatório, arriscado, vale a pena se perguntar se essa aposta tem futuro num mundo em que os custos de transporte vão crescer consideravelmente. Além do mais, mercado significa competição, e essa pode ser devastadora no contexto regional, fragilizando a maior parte da população rural, incentivando práticas predatórias para manter a competitividade. Isso vale para a indústria madeireira: as empresas que receberam o selo FSC e que tentam respeitar as obrigações dizem que não são competitivas em relação às outras. Trata-se de um problema geral. O mercado,³⁵ e a competição nele embutida, destrói culturas, empregos e o meio ambiente.

Os mecanismos inventados para tentar conservar a biodiversidade (ou simplesmente uma biosfera onde o ser humano possa ainda viver) obedecem aos mesmos princípios que aqueles que levam a sua destruição. São estreitamente ligados à dinâmica econômica atual, baseada na acumulação diferenciada e na competitividade, justamente as forças que muitos consideram como responsáveis pela situação de degradação socioambiental crescente. No âmbito do desenvolvimento sustentável (deixaremos de lado o oximoro, já muitas vezes desconstruído) das populações rurais, trata-se de incentivar o acesso ao mercado, sem se perguntar quais são as características desse mercado. O objetivo é sempre uma adaptação à lógica de mercado, sem proposta alternativa que incorpore um projeto político, social e econômico menos individualista.

Com a “economia verde”, parece que o que restava de perspectivas sociais, contidas na palavra “desenvolvimento” da expressão “desenvolvimento sustentável”, foi esvaziado. Apesar da procura pelo desacoplamento e pela descarbonização da economia, do incentivo às tecnologias “verdes”, não há nenhuma macroeconomia ecológica, nenhuma proposta que integre os limites do planeta e a necessária justiça ambiental. O mercado sai reforçado.

Perspectivas

Embora seja sempre difícil e arriscado construir cenários para o futuro, existem certas convergências que estão pouco a pouco se impondo.

Primeiro, constatamos que as visões desenvolvimentistas se baseiam na continuação das dinâmicas vigentes desde a Segunda Guerra Mundial. Esse crescimento foi construído na base da superexploração do petróleo, que autorizou o desenvolvimento sem precedente dos transportes e das máquinas em geral. Nas palavras de Heinberg (2011, p. 7): “We learned to take what was in fact an extraordinary situation for granted. It became normal.” São cada vez mais numerosos os estudiosos que consideram que o crescimento acabou (HEINBERG, 2011; VICTOR, 2008, entre outros). De acordo com eles, devemos incorporar nas políticas nacionais e internacionais a perspectiva do fim do crescimento³⁶ que acompanhará inelutavelmente o fim das energias e dos recursos baratos. Mas todas nossas sociedades estão baseadas no crescimento do consumo material e energético, incluindo as mais “desenvolvidas” (na medida em que não há um objetivo a alcançar, trata-se de um processo sem fim, autoalimentado). A economia da China é multiplicada por dois a cada 10 anos no ritmo atual. É difícil acreditar que poderia ser multiplicada por dois de novo até 2022, tendo em vista os gravíssimos problemas ambientais que enfrenta e o esgotamento já perceptível do seu modelo de desenvolvimento.³⁷ Por isso, a necessária mudança de economia e organização social é tida por alguns autores como uma dessas grandes transformações da história da humanidade, comparável com a “revolução” neolítica (FISCHER-KOWALSKI & HABERL, 2007). O emprego, e portanto os meios de existência não podem mais depender do crescimento, o que implica profundas reformas.

O segundo ponto é que a probabilidade de limitar as emissões de gases de efeito estufa num nível que evite grandes perturbações do clima [isto é, limitar o aquecimento a 2° e voltar a uma concentração de 350 ppm (estamos

hoje em 390)] (ver: HANSEN, 2008) é quase nula. Os estudos realizados desde o último relatório do IPCC (2007) mostram uma aceleração e agravamento do processo.³⁸ Além da grande quantidade de refugiados climáticos, isso significa mais tensões sobre os alimentos e matérias-primas agrícolas.

O terceiro ponto é a perspectiva de um colapso do comércio internacional por causa dos elevados custos de transporte. Os críticos da globalização comercial e da competição entre territórios podem receber uma ajuda inesperada por parte do *peak oil!*

Isso nos leva ao quarto ponto, que é um possível desmoronamento da monocultura mecanizada em grande escala. Essa agricultura foi criticada do ponto de vista social, ecológico e agrônômico (destruição dos solos e da biodiversidade, envenenamento dos lençóis freáticos e dos ecossistemas etc.). Muitos especialistas consideram, por esses motivos, que esse tipo de produção não tem futuro e apostam na agricultura familiar (que já é responsável por 70% da produção alimentar). Mas a alta dos preços dos combustíveis representa mais uma ameaça para a monocultura: a exportação (sua razão de existir) pode ser seriamente prejudicada pelo colapso do comércio internacional, bem como sua alta produtividade, extremamente dependente de adubos e defensivos à base de petróleo (sem falar das máquinas e do transporte).³⁹

O que isso implica para a Amazônia? Primeiro devolver à agricultura familiar o papel de abastecer prioritariamente as cidades próximas, minimizando o transporte. Mas isso supõe uma reestruturação dos circuitos comerciais; muitas vezes os produtos locais não têm condição de competir, em termos de preços, com os produtos da monocultura mecanizada de outras regiões. A agricultura deve fixar o carbono e não ser emissora, ela pode até se tornar uma ferramenta para diminuir as emissões, nesse item a agricultura familiar está bem colocada mas pode melhorar (diminuindo a criação de gado, por exemplo). Uma reorganização da produção familiar pode parecer uma tarefa enorme, mas estão surgindo muitos movimentos de resistência ao modelo hegemônico, com propostas que poderiam ser apoiadas por políticas públicas. Associações de agricultores perceberam que o objetivo de inseri-los no mercado representa uma faca de dois gumes, que pode levar à competição entre territórios e à eliminação dos mais fracos. Por isso advogam outras formas de colocar seus produtos à disposição da sociedade (fala-se de novo em produzir “utilidades” e não “mercadorias”). Isso passa provavelmente por experiências de economia solidária, pela organização em cooperativas⁴⁰ e por certo controle coletivo

dos circuitos comerciais. Isto é, a questão é essencialmente institucional. Se as iniciativas de base são fundamentais (a mudança não virá dos Estados), o papel do Estado pode ser muito importante nesse processo de transição. Ele pode desenvolver novos arranjos institucionais destinados a facilitar a emergência da “outra economia” desejada pelos movimentos sociais e considerada inevitável por tantos peritos, criando, por exemplo, arranjos institucionais que possam proteger os agricultores dos efeitos destruidores do mercado e mediar sua relação com ele. Constitui também um campo de pesquisa fértil para as ciências sociais.

O ponto chave é a necessidade de um projeto social e político democrático claro que oriente as políticas públicas e ofereça perspectivas para os produtores. Tomando o exemplo do REDD e PSA em geral, é provável que estejamos no caminho da criação de um verdadeiro mercado, com seus riscos e potenciais desigualdades, mas também com sérias dúvidas a respeito da sua capacidade de conservar o meio ambiente: se os pagamentos deixam de ser atrativos, a “demanda” reprimida de desflorestação pode voltar com toda força. Enquanto que se houvesse instituições controladoras (estatais ou coletivas) que investissem os eventuais benefícios na transformação dos sistemas de produção, a necessidade de desmatar diminuiria significativamente... e conseqüentemente a necessidade do mecanismo de mercado. A demanda por “outra economia” está ganhando força no mundo e será ouvida durante a Rio + 20. Resta saber se poderá exercer alguma influência sobre uma megamáquina (o *consumption driven capitalism*, de acordo com a expressão de Nair, 2011) movida por poderosos interesses privados.

Referências bibliográficas

ARAUJO, R. e LÉNA, P. Da predação à sustentabilidade: a difícil metamorfose.

In: ARAÚJO e LÉNA (eds.). *Desenvolvimento sustentável e sociedade na Amazônia*. Belém: MPEG, 2010, p. 7-50.

BIHOUIX, P. e GUILLEBON, B. de. *Quel futur pour les métaux? Raréfaction des métaux : un nouveau défi pour la société*. Paris: EDP Sciences, 2010.

BROWN, L. R. A nova geopolítica dos alimentos. *O Estado de São Paulo*, 22/05/2011.

CHEVASSUS-AU-LOUIS, B. et al. *Approche économique de la biodiversité et des services liés aux écosystèmes. Contribution à la décision publique*. République Française, 2009.

- CPT. Violência no campo. *Síntese*, jan-nov 2011. www.cptnacional.org.br
- DALY, H. E. Allocation, distribution and scale: towards an economics that is efficient, just and sustainable. *Ecological Economics* 6(3): 185-193, 1992.
- . *Ecological Economics and Sustainable Development: selected essays of Herman Daly*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2007.
- Fischer-Kowalski, M. & Haberl, H. (eds.). *Socioecological Transitions and Global Change: Trajectories of Social Metabolism and Land Use*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2007.
- GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista. *Nueva crônica*, 7, 30/01 – 11/02/2010.
- HANSEN, J. et al. Target atmospheric CO₂: where should humanity aim? *Open Atmospheric Science Journal*, vol. 2.219: 217-231, 2008.
- HEINBERG, R. *The end of growth. Adapting to our new economic reality*. Canada: New Society Publishers, 2011.
- HUESEMANN, M. & HUESEMANN, J. *Techno-Fix. Why technology won't save us or the environment*. Canada: New Society Publishers, 2012.
- IPEA. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *Radar* nº 13, 2011.
- JACKSON, T. *Prosperity Without Growth. Economics for a Finite Planet*. London: Earthscan, 2009.
- KOHLER, F.; ISSBERNER, L-R; LÉNA, P.; MARCHAND, G. Falência é fracasso? O caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. *Bol. Mus. para Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 6, n. 2, p. 331-347, 2011.
- MEADOWS, D. et al. *Limits to growth, the 30 years update*. London: Earthscan, 2009[2004].
- NAIR, C. *Consumptionomics. Asia's role in reshaping capitalism and saving the planet*. Oxford: Infinite ideas Limited, 2011.
- NEW ECONOMIC FOUNDATION. *Growth isn't possible. Why we need a new economic direction*. Schumacher College, 2010.
- STERN, N. *The Economics of Climate Change*. Report to the British Government, 2006.
- THE ROYAL SOCIETY. *People and the Planet*. London: The Royal Society Science Policy Centre Report, 2012.
- TURNER, G. *A comparison of the limits to growth with thirty years of reality*. CSIRO Working Paper Series, Canberra, Australia, 2008, 52 p.

- UNEP (United Nations Environment Program). *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*. ONU-UNEP, 2010.
- . *Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth*. ONU-UNEP, International Resource Panel, 2011.
- . *The benefits of soil carbon - Managing soils for multiple economic, societal and environmental benefits*. UNEP Year Book, 2012.
- VICTOR, P. A. *Managing Without Growth. Slower by Design, not Disaster*. London: Edward Elgar Publishing, 2008.
- VIEIRA, I. C. G. & BECKER, B. K. A revisão do Código Florestal e o desenvolvimento do país. *Ciência Hoje*, vol. 46, n° 274: 64-67, 2010.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.
- WORLD WATCH INSTITUTE. *State of the world 2012: Moving toward sustainable prosperity*. Washington DC: Island Press, 2012.
- WWF. *Living Planet Report 2012*.

Notas

1. Em termos relativos, no entanto, o IDH da maior parte dos municípios amazônicos fica muito abaixo da média nacional.
2. Ou seja, a humanidade dispõe de uma biocapacidade equivalente a 1,8 hectare global (unidade de cálculo da pegada ecológica) e consome 2,70 hag. Esse indicador inclui as florestas necessárias para a absorção dos gases de efeito estufa não absorvidos pelos oceanos. Estes, já saturados e acidificados, absorvem cada vez menos, e as florestas estão encolhendo rapidamente. Se as sociedades conseguissem sair rapidamente da dependência em relação às energias fósseis, ganhariam um pouco de tempo, já que quase 55% da pegada representam os espaços necessários para absorver as emissões. Mas ficaria inalterada a questão da destruição acelerada dos ecossistemas que constituem a vida.
3. O Impacto ambiental resulta do número da População vezes o consumo (Affluence) vezes a Tecnologia.
4. É o mecanismo de convergência defendido por certos intelectuais e movimentos sociais, que consiste em diminuir o consumo e a pegada ecológica dos países ricos e das classes ricas dos países pobres para permitir um consumo energético e material maior para países e classes pobres, até o limite *per capita* autorizado pela capacidade regenerativa do planeta. Foi proposta a data de 2050 para se chegar à convergência no que diz respeito às emissões de CO₂. Trata-se da proposta mais radical de justiça social e ambiental.
5. Substituir o petróleo por agrocombustíveis necessitaria mais terras agricultáveis do que existem no mundo e a segunda geração tiraria elementos indispensáveis do ciclo de vida dos solos

agricultáveis e dos ecossistemas. O hidrogênio precisa ser produzido graças à energia elétrica (com baixos rendimentos) ou com procedimentos bioquímicos inviáveis em grande escala.

6. Se essa inovação é indispensável, não podemos no entanto acreditar que ela possa salvar o modelo atual, por motivos termodinâmicos e de escala, cada solução trazendo problemas maiores (com custos materiais e energéticos crescentes). Ver a esse respeito: M. Huesemann & J. Huesemann (2012). Devemos aceitar que as soluções sejam muito mais políticas do que técnicas.

7. O consumo de recursos e espaços naturais (em geral, públicos e gratuitos) permite também uma acumulação mais rápida do que custosos investimentos em tecnologia. O relatório TEEB (UNEP, 2010) e o “Living Planet” (2012) mostram que é nesses países que se dá a maior perda atual de biodiversidade.

8. Um estudo da Universidade de Stanford mostrou que durante os anos 1980 e 1990, 55% das novas terras cultivadas substituíram florestas intactas e 28%, florestas já alteradas.

9. Pela primeira vez desde meados do século XIX as áreas de floresta deixaram de aumentar e começaram a diminuir. Em certos departamentos, o espaço agrícola diminuiu tanto que prejudicou o abastecimento de proximidade das cidades, tornando importadoras de alimentos regiões outrora exportadoras. Essa dinâmica é consequência do aumento geral da atividade (para manter o emprego) mas também da especulação fundiária e da competição entre sub-regiões para atrair investimentos (isso com articulações não sempre muito claras entre políticos, construção civil e investidores).

10. O mesmo fenômeno poderia ser observado também em muitos países onde existe ganho líquido de áreas cultivadas, basta mudar de escala: bons exemplos são estados como o Rio de Janeiro ou São Paulo.

11. Segundo OXFAM e o Banco mundial, os preços agrícolas deveriam ser multiplicados por dois em 20 anos por causa do aquecimento global.

12. Juntando as terras alugadas (em geral, para 99 anos) seriam em torno de 200.000 km² somente na África.

13. Lester Brown (2011) afirmava recentemente, citando dados do Banco Mundial, que somente 37% das terras compradas ou alugadas em outros países eram destinadas à produção de alimentos.

14. Produtores de grão brasileiros estão presentes em Moçambique, atraídos pela quase ausência de leis ambientais e trabalhistas. Agricultores franceses se instalam em países do Leste europeu pelos mesmos motivos.

15. 60% do carbono contido na vegetação e nos solos teriam sido perdidos desde o século XIX. 24% dos solos estão degradados.

16. Lembremos que 80% da soja exportada são destinados ao consumo animal.

17. Ainda produzido a 80% na Ásia, o óleo de dendê está cada vez mais presente na Amazônia (Colômbia, Perú, Brasil). No Pará, a Petrobras estaria plantando 250.000 ha essencialmente para a produção de biodiesel.

18. Multas importantes, e realmente pagas, seriam provavelmente a única solução para tornar o desmatamento antieconômico.

19. A região é uma das últimas onde a exploração de recursos em grande escala ainda é possível

com custos baixos e que, ao mesmo tempo, beneficia de estabilidade política, existência de tecnologias e circuitos de comercialização estruturados.

20. As 12 mil empresas contempladas pelo sistema de créditos de carbono na Europa diminuíram muito levemente suas emissões, num contexto global de aumento.

21. Ex-economista chefe do Banco Mundial. Autor do primeiro relatório que procura avaliar de maneira precisa os custos do aquecimento global. Ver: http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/stern_review_report.htm

22. A ecoeficiência, como já vimos, embora necessária e incontornável, não pode dar conta de um desacoplamento absoluto (como nas curvas de Kuznets) e não deveria ser dissociada de uma reestruturação profunda do modelo de produção e consumo e da diminuição do consumo material-energético.

23. Os métodos de construção do valor são em parte subjetivos, em particular a “avaliação contingente” da economia ambiental. A atribuição de valor varia entre grupos e no tempo. Isso pode constituir um impedimento para uma forma de mercado “pura”. O tempo dos ecossistemas e o da preferência dos consumidores (bem como as consequências das escolhas) não são comparáveis.

24. Não abordaremos aqui a importante questão da elegibilidade para entrar no mercado de carbono ou no pagamento de SA. Numa estrutura fundiária extremamente desigual, uma política universal ou mecanismos de mercado não corrigidos podem acentuar as desigualdades.

25. Quanto tempo o petróleo do Parque Yasuni (Equador) poderá ficar na terra, compensado pela metade do seu valor? Quem pode garantir pagamentos a longo prazo? Principalmente num contexto de forte aumento dos preços dos combustíveis no futuro próximo. Somente uma descarbonização rápida da economia mundial, com a conseqüente desvalorização dos estoques (e da compensação) garantiria a manutenção da situação atual. Ou uma forte vontade política.

26. Por isso as trocas realizadas no âmbito de mecanismos como o “crédito floresta” (na agricultura familiar, quem desmatou menos que o autorizado pode “vender” parte da sua floresta para quem desmatou mais) deveriam ser de aplicação local, entre vizinhos ou moradores próximos.

27. Qualidade dos solos, declive, água, conectividade, são características que variam muito entre pontos próximos.

28. Por essa razão existe um debate em torno da compensação de áreas desmatadas: deve ser na mesma microbacia ou pode ser em outra região? A tendência é simplificar: um hectare de floresta equivale a outro hectare de floresta. Os naturalistas sabem que existem espécies muito localizadas e que a estrutura e função de uma floresta dificilmente pode ser equivalente a outra mais distante. Mas quanto mais critérios forem levados em conta, tanto mais elevados serão os custos.

29. Na escala global, os serviços ambientais, mesmo simplificados, representam valores enormes e não existe mercado capaz de levá-los em conta.

30. Poderia funcionar na base de fundos (como o Fundo Amazônia). Mas são raros os países, como a Noruega, capazes de abonar um fundo na altura necessária, e os recursos nacionais são também difíceis de serem mobilizados em volume suficiente e regularidade. Principalmente em caso de crise econômica e alternâncias políticas.

31. Na realidade, os cálculos são complexos e as metodologias ainda são objeto de debates científicos.
32. Certos pescadores podem assim se beneficiar da reconstituição de estoques conseguida graças ao respeito das regras pela maioria e, ao mesmo tempo, praticar a pesca clandestina, mais lucrativa. Vale notar também que certas redes de comercialização do peixe estão ligadas ao narcotráfico.
33. Os “projetos sustentáveis” parecem ter um papel pouco significativo em termos de melhora da qualidade de vida. As rendas sociais (bolsa família, aposentadorias, ajudas diversas) desempenham, em média, um papel mais importante.
34. Caso, entre outros, da APA (Associação dos Produtores Alternativos) de Ouro Preto do Oeste (RO), hoje falida, e a exportação de palmito (ver: KOHLER et al., 2011).
35. Karl Polanyi fazia a diferença entre o mercado (que existe há milênios) e a “sociedade de mercado” em que o mercado domina todas as esferas da atividade humana; é a sociedade de mercado que é aqui criticada.
36. Trata-se de um fenômeno global, não descarta a possibilidade de ter alguns anos de crescimento na ocasião da exploração de um novo “nicho” ou bolha. Para alguns raros países como o Brasil, essas trajetórias podem ser prolongadas (com que consequências?).
37. Falta água em 18 das 31 províncias chinesas, com diminuição drástica dos níveis dos aquíferos.
38. A Agência Internacional da Energia (AIE) anuncia que depois de diminuir levemente em 2008 as emissões retomaram seu curso: 29 GT em 2009, 30,6 em 2010.
39. Ver a esse respeito o seminário: “Rumo à Rio+20: Por uma outra economia”. Reportagem de Livia Duarte, da FASE, publicada pelo *EcoDebate*, 08/02/2012.
40. As cooperativas são às vezes vistas com desconfiança pelos interessados. Muitos tiveram experiências negativas por diferentes razões. Além de problemas de gestão e eventuais malversações, existe um problema de inserção no mercado. As cooperativas podem estar também numa dinâmica competitiva. Por outro lado, os agricultores valorizam muito sua autonomia e liberdade. Existe um difícil equilíbrio a ser encontrado entre autonomia individual e cooperação.

Léna Philippe. (2012)

Amazônia : sera o mercado a solução

Territorio, (16), 29-52.